

Arcebispo de Nampula propôs a Machel conversações entre a Frelimo e a Renamo

Numa carta escrita dias antes da morte do então Presidente de Moçambique, e que este não chegou a ler, D. Manuel Vieira Pinto, figura carismática da Igreja daquele país, *O Jornal* propunha o diálogo, a não-violência e a magnanimidade como caminhos para a paz. 16/9/88
Um documento inédito e actual.

Samora Moisés Machel e Manuel Vieira Pinto já fazem parte da História de Moçambique. Do primeiro, bastará dizer que foi o líder incontestado daquele povo de expressão portuguesa, na luta armada contra o colonialismo, e nos primeiros onze anos de independência. Do segundo, bem menos conhecida opinião pública, conrecordar que, durante a guerra, foi o único bispo português que se insurgiu pública e abertamente contra a dominação colonial, pronunciando-se, em coerência,

pela autodeterminação do povo moçambicano. Esta desfaçatez custou-lhe a expulsão do território, dias antes da revolução do 25 de Abril. Ele é o símbolo vivo, em Moçambique, da chamada Igreja profética, que procura viver a doutrina de Cristo junto dos pobres e oprimidos — que, naquele país, são a legião dos esfomeados, dos deslocados e sobretudo dos que sentem no corpo e no espírito, as consequências da guerra que opõe as forças armadas e de segurança aos rebeldes da Renamo.

Nos 13 anos de independência, as relações entre o Estado e a Igreja estiveram longe de ser as melhores. A tensão e o conflito foram mesmo a regra. Apesar disso, Vieira Pinto e Samora, que nutriam uma sincera admiração e respeito um pelo outro, procuraram sempre manter pontes de diálogo. Foram várias as cartas pessoais endereçadas pelo prelado ao presidente. Como foram vários os encontros mantidos — o último dos quais terá tido lugar a 9 de Maio de 1984, num ambiente não despojado de

emoção e completamente dominado pelo que o arcebispo chamou de «guerra civil». O documento que «O Jornal» publica, na íntegra, é a última carta redigida pelo arcebispo de Nampula e endereçada ao Presidente de Moçambique. Datada de 25 de Setembro de 1986, não chegou ao seu destinatário, vítima, a 19 do mês seguinte, de um acidente de aviação. Vieira Pinto, ao que sabemos, pretendia entregar-lha pessoalmente, como, de resto, o fizera de outras vezes. Trata-se de um inventário frontal

das inúmeras situações provocadas pela guerra (desde massacres e execuções, até torturas e assassinatos, perpetrados pelos dois lados em conflito), e do apontar dos caminhos julgados mais eficazes para a obtenção da paz. Documento inédito, ele é incluído no próximo número do boletim do «Centro de Reflexão Cristã», dedicado à Igreja em Moçambique, a partir de um excelente trabalho do jornalista António Cadavez.

anos sobre o documento. Moçambique tem um novo Presidente, Joaquim Chissano. As relações entre o Estado e a Igreja evoluíram positivamente. Mas o problema de fundo permanece: os sofrimentos do povo moçambicano, provocados pela guerra, e a ausência de paz. Daí que «O Jornal» tenha optado pela sua divulgação, no momento exacto em que o Papa João Paulo II pisa a pátria moçambicana.

Dir-se-á que passaram dois

J.P.C.

A carta do prelado

O Jornal
16/9/88

É o seguinte o teor da carta dirigida ao presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel:

A confiança que Vossa Excelência nos merece, como Presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique, leva-nos a falar, mais uma vez, das violências que não cessam de humilhar e destruir o nosso Povo.

A guerra continua e com ela a violência, a humilhação, os abusos, os excessos, as atrocidades e os crimes.

Permita-nos, Senhor Presidente, que lhe falemos, concretamente, das violências que, neste momento, mais humilham e esmagam o nosso Povo, destroem o País e o enchem de vergonha e de sangue: os massacres, as execuções sumárias e as torturas.

dos em homens ferozes, homens sem lei e sem um mínimo de respeito pela vida, pela dignidade da pessoa humana e pela segurança a que as populações têm inegável direito.

Mas, bastarão estas razões para explicar os numerosos massacres, cometidos contra pessoas inocentes, populações indefesas e contra o próprio Povo?

Não haverá outras causas, além da lógica diabólica da guerra e da irresponsabilidade de quem os comete, permite ou manda cometer?

Perguntas fundamentais

O Povo pergunta se na origem destes actos brutais, não estará uma ideologia de violência e de desprezo pela vida e direito da pessoa humana, não estará uma estratégia de liquidação e de extermínio, não estará uma política de esmagamento do adversário, uma política de posições obstinadas e irreduzíveis.

O Povo pergunta se na base destas atrocidades não estará o princípio imoral de que os fins justificam os meios, de que na guerra não há lei e de que a necessidade extrema tudo desculpa, se na origem destes abusos não estará a desagregação, a corrupção dos valores mais elementares da ética, da moral, do direito e da própria cultura. O Povo pergunta se os massacres e outros actos abomináveis são apenas um atentado contra a vida das pessoas e das populações ou, igualmente, um atentado contra a vida e a alma da própria Nação.

Crueldades

Estas perguntas tornam-se mais insistentes quando tais atrocidades são cometidas com requintes de crueldade e de cinismo. Muitos, com efeito, têm sido os massacres perpetrados, com um desprezo absoluto pela dignidade e direitos fundamentais da pessoa humana e também com requintes de terrorismo e de extrema crueldade.

Basta pensar nos massacres de pessoas frágeis e inteiramente



D. Manuel Vieira Pinto
Depois da denúncia do colonialismo, a crítica à «guerra civil»



Samora Machel
Nunca se furtou ao diálogo com o arcebispo de Nampula

Massacres

informações de que dizem-nos que os massacres, cometidos por uns e por outros, não são um boato ou uma pura invenção, mas, sim, uma triste e dolorosa realidade. Sabemos que ao longo destes anos de guerra, os massacres de pessoas e de populações inocentes e indefesas foram muitos, contando-se por milhares, o número de vítimas: homens, mulheres, velhos e crianças, jovens e adolescentes, mães lactantes e mães grávidas.

O Povo pergunta pelas razões destes crimes, destes actos execrands, e pergunta igualmente por quem os comete ou manda cometer. Julgamos que não basta responder com a desculpa de que «a guerra é guerra» ou de que «na guerra não há lei, nem há moral».

O Povo entende que na guerra há uma inelutável irracionalidade e uma brutalidade congénita, o que necessariamente dá origem a abusos e a violências arbitrárias. O Povo entende que a irresponsabilidade, a indisciplina, o descontrolo, o espírito de represália e de vingança podem tornar, num dado momento, os homens arma-

te indefesas, como são as crianças, os velhos, as mães lactantes ou grávidas, nos massacres de populações, convocadas e reunidas ao engano e em seguida encurraladas pelas armas e barbaramente destruídas e assassinadas.

Basta pensar nas centenas de pessoas retalhadas ou liquidadas a golpes de catana, de baioneta ou de punhal, torturadas ou degoladas, ou então queimadas vivas.

Estas e outras vergonhosas crueldades põem, de facto, em causa a civilização e a cultura e levam-nos, necessariamente, a concluir que tais crimes não seriam possíveis se, a par da irracionalidade e brutalidade da guerra, não houvesse um processo de degradação e de corrupção dos valores éticos, morais e espirituais do homem e do Povo Moçambicano.

O Povo preocupa-se e, diante destas vergonhosas e infames manifestações de violência, não deixa de perguntar se, a par das armas que massacraram as pessoas, não há outras armas que tentam liquidar e destruir a alma e a vida do País.

Execuções

As execuções sumárias constituem uma outra violência

degradante e criminosa. Estas execuções sumárias, tenham a justificação que tiverem, são sempre um crime, um atentado à legalidade, uma injúria grave à dignidade e aos direitos de todo o ser humano, bem como ao direito de todo o homem a que, uma vez acusado, a sua causa seja examinada, com equidade e publicamente, por um Tribunal independente e imparcial.

Muitas foram as execuções sumárias, ocorridas nestes anos, por sentença de tribunais improvisados e presididos pelas Forças de Defesa e Segurança. Alguns destes julgamentos e execuções, mercê da crueldade que os caracterizou e acompanhou, transformaram-se num horroroso espectáculo de sangue.

Seria longa e chocante a enumeração destes lamentáveis espectáculos de sangue. Limitamo-nos a lembrar, como exemplo, as execuções à baioneta, à catanada ou à facada, as execuções com torturas e humilhações dos acusados e condenados, as execuções por pancamento, por estrangulamento ou esmagamento do crânio, as execuções por esquartejamento, abrindo, por vezes, a barriga aos executados, arrancando-lhes as vísceras e expondo-as ao público, as execuções

com a participação das populações, manipuladas para o efeito, e, por vezes, obrigadas a injuriar e a esbofetear os cadáveres, deixados, por fim, insepultos à mercê dos abutres e das feras.

Estas horríveis e vergonhosas execuções denunciam, tal como a violência dos massacres, a lógica impiedosa da liquidação do inimigo, a todo o custo, a lógica da represália e de vingança, não olhando a meios nem a imperativos de ordem moral ou mesmo legal.

Sentimo-nos, por isso, obrigados a lembrar às Forças em presença que tais execuções corrompem a cultura e a civilização do País, põem em causa a personalidade e a alma da Nação, abrem caminhos ao crime e ao abuso contra a vida e contra a dignidade, seja de quem for.

Assassinatos

Os assassinatos, a partir sobretudo das áreas afectadas ou simplesmente suspeitas, aumentam sempre mais, tornando-se, por isso, na consciência de quem os pratica ou manda praticar, um acontecimento sem qualquer responsabilidade moral. «Matar não é nada»: as-

sim se exprime quem comete tais crimes.

Parece, com efeito, que a vida das pessoas não é mais um valor que mereça respeito, não é mais um direito que mereça defesa.

O assassinio torna-se vulgar. A vida, o valor, o sentido da vida estão postos em causa. As pessoas sentem-se inseguras e, mais ainda, quando vêem pela frente homens armados. Como diz o Povo, chorando amargamente esta humilhação, «os homens da Renamo desprezam e matam», «os homens da Frelimo desprezam e matam», uns e outros não têm pejo em assassinar homens ou mulheres, velhos ou crianças. Uns e outros não sabem mais o que é o respeito pela vida humana e pela intangível dignidade de todo o ser humano. Por isso, comecem assassinatos a frio, usando muitas vezes métodos cruéis.

Há assassinatos a golpes de baioneta, de faca ou de catana, a golpes de martelo, de machado e de chicote.

Há assassinatos por decapitação, por espancamento, por mutilação, esquartejamento, por sevícias ou torturas até à morte. Há assassinatos pelo fo-

"O Povo não sabe onde pôr o coração"

O Jornal
16/9/88

go ou por outros métodos cruéis e desumanos, tais como enterrar as vítimas ainda vivas, obrigando-as previamente a abrir a própria cova.

Mas todos sabemos que os assassinatos são um crime de delicto comum e constituem, à face da história e da consciência do Povo, uma pesada hipoteca de sangue.

Estes crimes, tal como o crime das execuções sumárias e dos massacres, abrem caminho à violência generalizada, à degradação dos valores que defendem a vida e a dignidade do próprio Povo.

Maus tratos e castigos desumanos

O clima de violência engendra e autoriza mais violência. Os maus tratos, os castigos humilhantes, são actos de violência degradante e, como tais não deveriam ter lugar em Moçambique. A Constituição do País, a própria cultura do nosso País, não deveriam dar lugar a práticas desumanas e primitivas, como são os maus tratos e os castigos humilhantes.

Infelizmente, estas práticas, estão presentes no dia-a-dia das populações. Há maus tratos, há medidas politico-militares e administrativas que magoam e humilham o Povo. Os castigos desumanos e os maus tratos são crimes à face

da ética mais elementar. São graves atentados contra o melhor da consciência universal dos Povos, tão clara e corajosamente manifestada na «Declaração Universal dos Direitos Humanos» e na «Convenção contra a Tortura e contra Tratamentos ou Castigos cruéis, desumanos e degradantes», aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de Novembro de 1948.

Hoje, não falta quem, por sua conta, mande aplicar o chicote ou determine o castigo que muito bem entender. O «chamboco» tornou-se frequente e irresponsável, e igualmente o castigo pela aplicação da pena capital. Qualquer «Comandante» a'pode decretar. Qualquer cidadão pode ser executado, não contando para nada a Legalidade ou as Instâncias competentes. Há mesmo quem diga que, em tempo de guerra, não há Tribunais. Há a lei da guerra, a lei da repressão e da liquidação de possíveis ou reais inimigos.

Torturas

As torturas são actos imorais e criminosos. São graves atentados contra os Direitos do Homem, contra a honra e a dignidade da Nação.

Nada, absolutamente nada, justifica a tortura. Uma causa que pretendesse defender ou consolidar o seu direito e a sua justiça, um Regime que tentasse assegurar a sua continuidade

ou estabilidade, usando tais medidas, estaria a provocar a sua própria degradação e ruína.

A tortura, os maus tratos, o desprezo sistemático pelo homem, não consolidam o poder constituído, antes o corrompe e o põe em grave perigo. Tais abusos e crimes também não concorrem para a unidade, a reconciliação e a paz nacional, antes as destroem e dificultam.

Aspirações do Povo

O Povo sente na carne e no espírito todas estas violências: os massacres, as execuções sumárias, os assassinatos, os maus tratos e as torturas. Sente a humilhação e a degradação. Sente a perda da sua própria vida e da sua própria alma: a perda da sua personalidade, identidade e cultura.

E sente, com uma intensidade ainda maior, o profundo desejo de um tempo melhor: um tempo de maior justiça e de maior dignidade; um tempo de um bem-estar maior a todos os níveis: a nível político, económico, administrativo e militar, a nível espiritual, moral e cultural.

O Povo, esmagado por tantas violências e por tantas carências, aspira, de facto, a um tempo de maior justiça e de maior amor. Mas parece não saber onde poderá surgir, efectivamente, esse tempo de maior justiça e de maior amor.



Vítimas do massacre de Ressano em Homelne
... um atentado contra a vida e a alma da própria Nação

A desilusão é grande, e, como dizem os velhos, «o Povo não sabe onde pôr o coração». Nenhuma das Forças em presença lhe merece inteira confiança. Uns e outros, mercê das arbitrariedades e injustiças cometidas, humilharam-no, esmagaram-no e desiludiram-no. Mas, apesar de tudo isso, continua a sonhar com um tempo de justiça e de paz. Continua a esperar que alguém o tome a sério e lhe devolva a dignidade e a liberdade a que tem indiscutível direito.

Impõe-se, portanto, o aparecimento de homens que façam uma verdadeira e clara opção pelo Povo, pela sua vida e os seus direitos, pelo seu desenvolvimento e bem-estar, pela sua personalidade e cultura, pela sua independência e soberania. Homens que façam sinceramente uma opção pela paz, contra a guerra e contra todas as armas de guerra, uma opção pela vida e contra todas as formas de destruição e de morte, uma opção pelos valores que possam salvar, efectivamente, a Nação Moçambicana.

Opção por uma política de maior verdade

Em primeiro lugar, a opção pela verdade.

Urge, de facto, uma política de maior verdade, a todos os níveis. A mentira, tão infiltrada nas Instituições, no Aparelho do Estado e do Partido, nos diversos sectores da vida nacional, terá que dar lugar a uma política de maior verdade. A hipocrisia, as meias-verdades, os discursos alienantes, a informação orientada, as diversas formas de manipulação e de instrumentalização, terão que dar lugar à sinceridade, à honestidade, ao respeito pelas consciências, pela inteligência, pela liberdade e co-responsabilidade de todos e de cada um dos cidadãos do nosso País. Só pelo cultivo da sinceridade e da verdade poderá haver, nos diversos sectores da vida da Nação, na Comunidade política e nas Instituições partidárias, políticas, sociais, económicas, jurídicas, educacionais e culturais, consciências vivas, inteligências criadoras, liberdades solidárias e responsabilizadas, participação consciente e generosa.

A mentira, tenha ela a face que tiver, corrompe e aliena. Um Povo, governado ou orientado por mentiras organizadas ou por ideologias mutiladas ou redutoras, jamais será um Povo saudável e adulto. Será, pelo contrário, um Povo ameaçado naquilo que ele tem de melhor e mais profundo: a sua consciência, a sua liberdade, a sua dignidade e criatividade.

Impõe-se, portanto, uma política de maior verdade e de

maior sinceridade, uma política de maior serviço à dignidade, à liberdade, à criatividade e responsabilidade de todo o nosso Povo.

Opção por sistemas e modelos mais próximos e mais ajustados

Impõe-se, também, uma opção por sistemas e modelos que tenham mais em conta o homem concreto, o Povo inteiro, ou seja, a totalidade dos seus legítimos direitos e deveres, e das suas justas e irremediáveis aspirações. Que tenham mais em conta a inteira personalidade da Nação Moçambicana. Torna-se, portanto, imperiosa a revisão dos sistemas e modelos em curso, abandonando o que neles possa haver de humilhação e opressão, e conservando, com um espírito sempre mais crítico e mais aberto, o que neles houver de verdadeiro e autêntico crescimento do homem e do Povo.

Verificamos com tristeza que, apesar dos esforços havidos e dos sucessos alcançados, o Povo Moçambicano continua, na sua maioria, a ser objecto, e não sujeito, do seu próprio crescimento e da sua própria história. Continua, sobretudo, a servir, com grave prejuízo para a sua personalidade e liberdade, ideologias e culturas estranhas.

Impõe-se, na verdade, uma lúcida análise das ideologias, dos modelos e sistemas, os quais, julgados, num dado momento, os melhores para servir a libertação e o crescimento do Povo, hoje se revelam como sistemas ou modelos menos ajustados e menos aptos a contribuir, eficazmente, para um real e solidário crescimento do Povo e da Nação. Impõe-se uma opção por sistemas e modelos mais próximos da cultura e índole do Povo. Não se trata de contrapor uma ideologia a outra, um sistema a outro sistema ou modelo, mas de proporcionar a todo o Povo possibilidades reais de ser, ele próprio, o sujeito indiscutível do seu desenvolvimento e da sua história, o primeiro responsável da sua independência e do seu destino.

Opção pelo homem concreto

Esta opção por ideologias, sistemas ou modelos mais próximos e mais ajustados, implica, naturalmente, a opção pelo homem concreto, pelo Povo concreto e pelos valores que lhe são inerentes e inalienáveis. Com isto queremos dizer que, no centro de toda a actividade política, económica, social,

jurídica, cultural, deverá estar presente o *homem* concreto, histórico, real, o homem na sua inteira verdade, com a sua dimensão individual e social, com a sua imanência e transcendência, a sua vocação histórica e trans-histórica. O homem concreto e inteiro, e não o homem utópico, abstracto, reduzido ou parcelado. Deverá estar presente o homem todo e o Povo todo: o Povo real, concreto, e não o Povo abstracto ou utópico.

Opção pelos valores superiores do homem e do povo

A opção pelo homem e pelo Povo, como tais, exige a opção pelos valores que os caracterizam e lhes dão, no conjunto dos Povos, uma fisionomia inconfundível. Exige, também, uma opção pelos direitos e pelas liberdades que lhes são inerentes.

Urge, de facto, uma política de maior respeito e de maior empenho pelos valores essenciais ao homem e à sociedade, e pela cultura própria do Povo e da Nação Moçambicana. A experiência diz-nos que não basta, empenharmo-nos em alcançar mais valores científicos e tecnológicos, mais valores ideológicos, jurídicos e políticos, mais valores económico-sociais.

Urge, efectivamente, um empenho que permita dar aos valores espirituais, éticos, morais, religiosos, culturais e humanos o lugar que lhes compete na libertação e crescimento de cada um e de todos, na construção da sociedade e na edificação da nossa Pátria.

Urge um empenho mais sério e mais autêntico no sentido da defesa e promoção dos valores próprios do Povo e cuja perda ou destruição constituiriam uma grave atentado à personalidade e à identidade da Nação Moçambicana, um prejuízo irresponsável para o património espiritual da humanidade e dos Povos.

Sem dúvida, não basta crescer ideológica, política e economicamente. Não bastam os valores que fazem o bem-estar material. Impõe-se a opção clara pelos valores do espírito, pelos valores superiores do homem e da sociedade. Caso contrário, poderemos assistir a um certo crescimento científico, tecnológico, político, económico-social e constatar, ao mesmo tempo, uma crescente e imparável degradação moral, espiritual e cultural do homem e da sociedade, do Povo e da própria Nação.

O clima de violência, de arbitrariedade, de abuso e de egoísmo, os diversos crimes contra a vida, contra a dignidade humana e contra os valores

mais sagrados do Povo — como são os valores espirituais, morais e religiosos —, as mentalidades e comportamentos imorais, mostram bem a degradação e a corrupção do homem, da mulher, da família e da sociedade moçambicana não são, infelizmente, um simples receio, mas sim uma triste e preocupante realidade.

Urge, portanto, uma ampla e corajosa promoção e defesa dos valores humanos, dos valores espirituais, morais e religiosos. A par dos valores da ciência, da tecnologia, da política e do progresso económico-social. Urge uma atenção maior e mais esclarecida aos sistemas de ensino, de educação e de cultura.

Opção pela não-violência

A opção pelos valores espirituais, morais, culturais e religiosos, isto é, pelos valores superiores do homem e da sociedade, arrasta consigo uma outra opção inadiável: a opção pela não-violência. Talvez esta opção pela não-violência possa parecer, à partida, um pouco ingénua ou irrealista. Contudo, ninguém ignora que a violência gera violência e que o cultivo da violência jamais levará à construção de uma sociedade não-violenta. O avanço e generalização da violência arbitrária e assassina obriga-nos, por isso, a propor a opção pela não-violência. Só deste modo conseguiremos, verdadeiramente, uma sociedade e uma Nação de homens não-violentos, isto é, de homens capazes de vencer a tentação dos meios violentos, e de construir uma sociedade, recorrendo a meios humanos, racionais e pacíficos.

A unidade nacional, a paz civil, a concórdia, a solidariedade, a amizade entre as diversas tribos, línguas e culturas que integram e caracterizam o nosso País, não virão pela violência das armas nem pelo cultivo do ódio e do espírito de represália e de vingança. Não virão pelas estratégias ou políticas de liquidação e destruição do adversário, mas sim pelo cultivo e defesa dos meios não-violentos.

A paz digna, humana e duradoura, será fruto da justiça, da reconciliação, do entendimento, das conversações, da magnanimidade e da sinceridade de uns e de outros. Será fruto dos meios não-violentos, dos meios racionais, éticos, morais, políticos, diplomáticos e jurídicos.

Esta opção pela não-violência, sem dúvida imperiosa e inadiável, implica, por um lado, que se encontrem as medidas adequadas no sentido de se pôr termo imediato às crueldades organizadas e premeditadas — como são os massacres, as execuções sumárias, os assassinatos, os castigos degradantes e as torturas —, de se acabar com as represálias indiscriminadas, as detenções arbitrárias, os julgamentos a partir das Polícias ou das Forças Militares, a captura e deslocação compulsiva de populações, o abuso das armas e a arrogância do poder.

Impõe-se, de facto, uma ordem que proíba, terminantemente, esta prática hedionda da violência assassina. Uma ordem que exorcize, de vez, o espírito de vingança, de represália, de humilhação e liquidação física do inimigo, ou de pessoas e populações julgadas suspeitas ou encontradas eventualmente nas áreas de influência do adversário.

Uma ordem que proíba as arbitrariedades, os roubos às populações indefesas, a des-

truição de casas e de bens, a violação de mulheres, o desprezo sistemático pelos direitos da pessoa humana e do próprio Povo. Que proíba às Tropas, em operação de reconhecimento, de controle ou de «limpeza», liquidar os homens que encontram e de levar consigo as mulheres, situando-as em zonas obrigatórias ou estratégicas. Uma ordem que proíba os abusos contra a Constituição, a Legalidade, a Ética e a Cultura da Nação.

Por outro lado, a opção pela não-violência implica que se promova e favoreça, a nível das consciências, da sociedade e da Nação, um clima de maior respeito e de maior concórdia. Um clima que permita, a nível das forças em presença, reduzir as posições extremadas, ultrapassar os ódios e o espírito de vingança, e faça nascer, pelo concurso de ambos os lados, aquele conjunto de meios não-violentos que tornem possível a reconciliação e a paz.

Isto exigirá, à partida, uma confiança maior na força moral e espiritual do homem e do próprio Povo, uma vontade maior de entendimento e de reconciliação, uma aceitação mais corajosa da política do diálogo e das conversações, como política decisiva para a paz nacional. Exigirá, também, que se abandone a linguagem da violência e se promova, a nível da Nação, uma linguagem, uma mentalidade e um comportamento de não-violência. Que se promova e assumam, com maior sinceridade, a prática da clemência, do amor solidário e da justiça. A paz nacional não virá da violência das armas, ou da violência do Povo armado, mas sim da força dos meios humanos, políticos e éticos, da força da justiça e do amor.

Opção pela justiça

Urge, portanto, uma política de maior justiça, a par da política de não-violência. Uma política que se concretize, por um lado, na eficaz ultrapassagem de situações de injustiça e de medidas ou programas que segreguem, de algum modo, a discriminação, ou que favoreçam o aparecimento de novas formas de opressão e de alienação. Uma política que, por outro lado, abra caminho à prática da justiça e ao livre exercício dos direitos e liberdades de cada cidadão, particularmente no campo dos direitos políticos. Concretamente, a discriminação a partir dos privilégios e das facilidades de acesso aos bens de consumo, a partir do poder de compra em divisas, ou a partir de ideologias, posições partidárias, etnias, nacionalidade, região, cultura, religião.

Não basta, efectivamente, a preocupação pela justiça social, desconhecendo outros aspectos essenciais da justiça.

Por isso, a opção pela justiça, garantia e guardiã da dignidade da pessoa humana e, bem assim, da unidade nacional e da paz civil, obriga a ter em conta aquela justiça que sirva o homem todo, isto é, o homem com os seus direitos individuais e sociais, os seus direitos económicos e políticos, os seus direitos culturais e espirituais, morais e religiosos, as suas liberdades universais e intangíveis, as suas liberdades objectivas e subjectivas. Aquela justiça que sirva o Povo inteiro, isto é, o Povo com as suas legítimas e indiscutíveis aspirações, com as liberdades fundamentais e indissociáveis da sua dignidade, criatividade e independência, com o direito indiscutível de ser, ele mesmo, o sujeito do seu

próprio desenvolvimento, da sua libertação e independência, da sua história e da sua cultura.

Não é necessário lembrar a degradação da justiça, praticamente a todos os níveis. Sente-se, por toda a parte, uma grave e injuriosa forma de injustiça: o desprezo pela pessoa humana, e, simultaneamente, uma crescente e irresponsável violação dos direitos humanos. As próprias Instituições, criadas e organizadas para defender e garantir a justiça, o direito, a dignidade de cada um e do próprio Povo, parecem claudicar neste ponto, agravando o desprezo pelo homem concreto e a violação sistemática dos direitos e de liberdades fundamentais.

Impõe-se, na verdade, uma política de maior justiça em todos os campos, de maior defesa dos direitos invioláveis de cada um e de cada uma, e de maior respeito pela dignidade da pessoa humana, seja homem ou mulher, velho, jovem ou criança.

Opção pelo amor

A opção pela justiça anda junta com a opção pelo amor. Não se trata de um amor abstracto, platónico, sentimental e inoperante. Trata-se, pelo contrário, de um amor que, na prática, se manifesta no reconhecimento e defesa do homem e do Povo, no compromisso com a vida e com as alegrias e tristezas, aspirações e frustrações, vitórias e fracassos de cada um e de cada uma, e que se empenha seriamente nos combates pela dignidade, a libertação, o desenvolvimento de todo o Povo, na partilha, na solidariedade, na amizade e na fraternidade.

Trata-se de um amor que, em última análise, é a lei fundamental da perfeição humana e, portanto, da transformação do mundo (G.S.38), de um amor que, pela sua força de libertação, de humanização e de entendimento, gera, alimenta e consolida a paz social, a paz civil, a paz nacional.

Não será o ódio a força motriz dos homens novos, das sociedades novas e dos povos novos, mas sim a justiça e o amor. Não será a civilização do ódio e da violência assassina a civilização da paz e do progresso dos homens e dos povos, mas sim a civilização da justiça e do amor.

Senhor Presidente:

Na efectivação destas opções, que consideramos imperiosas e urgentes, Vossa Excelência pode contar com o apoio que de nós dependa, como Bispos, como pastores da justiça, da verdade, da liberdade, do amor, da reconciliação, da concórdia e da paz, como pastores do homem e da sua dignidade, vocação e direitos.

Terminamos, pedindo que não veja nesta nossa exposição outra intenção além de querermos ajudar seriamente na libertação e desenvolvimento do nosso Povo, na construção de um País sempre mais livre da humilhação e da violência, na edificação de uma Pátria sempre mais digna, mais culta e mais próspera.

Aceite, Senhor Presidente, as nossas respeitadas e cordiais saudações e os nossos votos de muitas prosperidades, sobretudo no trabalho pela paz e pela unidade nacional.

Que o Ano Internacional da Paz traga a Paz a Moçambique, à África Austral, ao Continente Africano, ao Mundo Inteiro.

Nampula, 25 de Setembro de 1986